

# O ESPAÇO RURAL E OS NOVOS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO TERRITORIALIZADA: O CASO DA AIBT-DOURO\*

Artur Cristóvão, Alberto Baptista, Leonida Correia, Ana P. Rodrigues e Carlos P. Marques

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Departamento de Economia e Sociologia/Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento

## INTRODUÇÃO

Na reflexão recente sobre as políticas de desenvolvimento tem estado presente a necessidade de romper com as habituais perspectivas predominantemente sectoriais, que se traduzem em olhar para cada sector e preocupação isoladamente. Assim, as propostas vão no sentido de políticas e intervenções territorializadas, assentes na leitura de um dado território como um todo, equacionando o seu desenvolvimento de forma global e integrada e perspectivando a criação de sinergias entre sectores, a articulação entre as dimensões social, cultural, económica e ambiental, e processos de descentralização, democratização e participação activa dos cidadãos.

A emergência do próprio conceito de desenvolvimento local ou endógeno tem a ver com esta lógica, e as abordagens propostas têm por fim “ligar as pessoas – e a sua inovação, capacidade e empreendedora e capital (financeiro e intelectual) – ao local”, tentando “aumentar a consciência do território com o unidade de política de desenvolvimento e de acção e, de facto, como a unidade geocultural a partir da qual o significado do desenvolvimento possa ser construído” (Ray, 1999: 259).

Nesta linha, Amaro *et al.* (1992) defendem que o local é um terreno favorável para concretizar iniciativas integradas, interdisciplinares, sistémicas, solidárias, diferenciadas, flexíveis, participadas, democráticas, mais humanas e articulando melhor as necessidades e recursos locais. Autores, instituições e *fora* deste domínio têm vindo, nomeadamente, a apelar à definição de novos mecanismos de financiamento do desenvolvimento, nomeadamente através de Planos Territoriais, que integrem todos os fundos sectoriais (ANIMAR, 1999; Melo, 1997: 72).

---

\* Esta comunicação baseia-se no “Estudo de Avaliação Estratégica da Acção Integrada de Base Territorial do Douro”, realizada por uma equipa que integrava os autores, na sequência de contrato de aquisição de serviços estabelecido entre a Comissão de Coordenação da Região Norte e a UTAD. A Avaliação baseou-se, fundamentalmente, em análise documental e na realização de 33 entrevistas a uma amostra de actores considerados relevantes face à natureza da Acção (Cristóvão, 2003).

Também os debates e documentos sobre o desenvolvimento de Trás -os-Montes e Alto Douro, nomeadamente os "Encontros na Casa da Calçada - O Douro em Debate", promovidos pelo Círculo Cultural Miguel Torga (com o apoio do PRODOURO), o "Fórum da Iniciativa Económica de Trás -os-Montes e Alto Douro", lançado por uma parceria alargada de instituições regionais e o estudo "Trás -os-Montes e Alto Douro - Diagnóstico Prospectivo e Orientações Estratégicas", produzido por uma equipa da CCRN como um dos trabalhos preparatórios do "Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social - Diagnóstico Prospectivo da Região Norte" (CCRN, 1999), têm reflectido tal perspectiva. Este último estudo, por exemplo, estabelece como grande desafio que a região tem de enfrentar nos próximos anos, a preservação e aumento da sua massa crítica populacional, o qual deve ser coadjuvado com uma tripla ambição: o de fazer de TMAD uma região atractiva, competitiva e solidária. Nesse sentido, propõem-se três grandes linhas de orientação estratégica:

- Promover a competitividade e a qualificação do sistema territorial de TMAD;
- Valorizar os recursos e as principais actividades da base económica regional; e
- Fortalecer a coesão territorial e institucional.

De uma forma geral, estes debates e documentos conduziram ao seguinte conjunto de propostas globais:

- Desenvolvimento assente em visão global e intervenção integrada;
- Valorização dos recursos da região, como meio de aumentar a sua competitividade;
- Prioridade às intervenções nos domínios do património histórico -cultural, qualificação urbana, ambiente, vitivinicultura e turismo;
- Qualificação, motivação e envolvimento activo dos recursos humanos;
- Reforço da coesão institucional através da criação de parcerias e outras formas institucionais integradoras.

## **SOBRE AS AIBT E A SUA FILOSOFIA**

As doze Acções Integradas de Base Territorial (AIBT) criadas no continente constituem instrumentos específicos dirigidos para o interior do país no âmbito do III QCA. De acordo com o Ministério do Planeamento (2002: 14), a sua apresentação insere-se no âmbito de uma política de discriminação positiva do interior, caracterizado por "um conjunto alargado de indicadores que consubstanciam uma situação em

que são manifestas as dificuldades endógenas de provir ao seu desenvolvimento sustentado". Como refere Veiga (2003, 10), as intervenções da administração central regionalmente desconcentradas, em que se inserem as AIBT, "são a grande novidade em relação aos QCA anteriores (I e II), já que revelam um esforço da administração central para tentar integrar as políticas sectoriais a um nível territorial". Este objectivo, como veremos adiante, não é fácil de concretizar.

Como instrumento específico, as AIBT "distinguem-se pela afirmação de uma especificidade territorial e/ou temática, que corresponde a dinâmicas institucionais, económicas e sociais distintas" (MP, 2002: 15). De uma forma geral, de acordo com a mesma fonte, visa-se:

- Ultrapassar a fase de diagnóstico estratégias e identificação de domínios de intervenção prioritários;
- Identificar dinâmicas efectivas e pertinentes em cada território;
- Estimular uma maior participação dos respectivos agentes e dos sectores críticos;
- Montar parcerias estratégicas entre as administrações locais e central e os actores públicos e privados; e, assim,
- Concretizar e reforçar o processo de desenvolvimento dos respectivos territórios.

Em termos de orientações estratégicas das AIBT, são de destacar (MP, 2002: 20-21):

- A aposta no valor específico dos territórios e na integração sectorial das intervenções apoiadas;
- A concentração de apoios públicos em domínios estratégicos e "projectos -âncora", contrariando a pulverização de iniciativas, a dispersão de meios e a duplicação de esforços; e
- O estímulo à constituição de parcerias locais em torno de projectos de pendor estruturante.

Quanto ao financiamento e gestão, o documento analisado sublinha o "compromisso de responsabilização dos principais agentes envolvidos no processo de gestão desses subsídios (públicos), traduzido na criação de estruturas de gestão específicas ao nível dos NUT II e de estruturas de coordenação à escala dos territórios beneficiados" (MP, 2002: 22).

No caso da Região Norte, do Eixo Prioritário II do Programa ON fazem parte quatro AIBT, abrangendo o Douro, o Minho-Lima, o Entre Douro e Vouga e o Vale do Sousa (Medidas 2.1 a 2.4), a Medida 2.5, relativa à Empregabilidade, e duas Medidas, 2.6 e 2.7, denominadas de "Qualificação das Cidades e Requalificação Metropolitana". Promover a "competitividade, coesão e qualificação territorial" constitui o objectivo genérico destas quatro AIBT. A AIBT-Douro (ou Medida 2.1) foi formalmente aprovada em Julho de 2000, com os seguintes objectivos específicos: (1) fortalecer a coesão territorial e institucional; e (2) valorizar os recursos endógenos e a estruturação do sistema económico regional. A tipologia das acções e sub-acções a desenvolver para atingir os objectivos específicos identificados para a medida apresentam-se

no Quadro 1. O co-financiamento comunitário de todas as acções da presente medida é assegurado exclusivamente pelo FEDER.

**Quadro 1**  
**Tipologia de acções e sub-acções da Medida 2.1**

Qualificação do território e reforço da articulação dos seus actores	Valorização do potencial endógeno e reforço da competitividade regional	Intempéries
Reforço dos centros históricos durienses; Qualificação ambiental de espaços urbanos; Criação de uma rede de aldeias e valorização do património rural; Recuperação de edifícios de valor patrimonial; Implementação de projectos digitais para reforçar a articulação e a coesão institucional do Douro; Lançamento de projectos demonstrativos da aplicação das novas tecnologias ao ordenamento e planeamento do território.	Defesa e valorização do património agro-genético regional; Promoção dos produtos agro-alimentares; Apoio a dinâmicas de valorização dos vinhos do Douro; Promoção e reforço da componente de investimento e experimentação no sector agro-florestal; Acções de estímulo à organização sócio-profissional dos sectores económicos tradicionais; Estruturação da oferta turística regional, consolidando e lançando novos projectos turísticos integrados; Serviços e infra-estruturas de apoio aos prestadores de serviços turísticos da Região; Acções inovadoras de carácter demonstrativo em componentes relevantes da oferta turística regional; Reforço da articulação institucional dos actores turísticos do Douro.	Acções que visem a reconstrução e recuperação de equipamentos e infra-estruturas afectadas por condições climáticas excepcionalmente adversas.

Fonte: CCRN (2002d), Programa Operacional da Região do Norte – Complemento de Programação.

## SOBRE O TERRITÓRIO

A área efectiva da AIBT -Douro é formada pelos agrupamentos de municípios da Terra Quente Transmontana (TQT), Vale do Douro Norte (VDN) e Vale do Douro Sul (VDS), num total de 22 concelhos e 5173 km<sup>2</sup> (Figura 1).



**Fig. 1 – Área geográfica da AIBT - Douro**

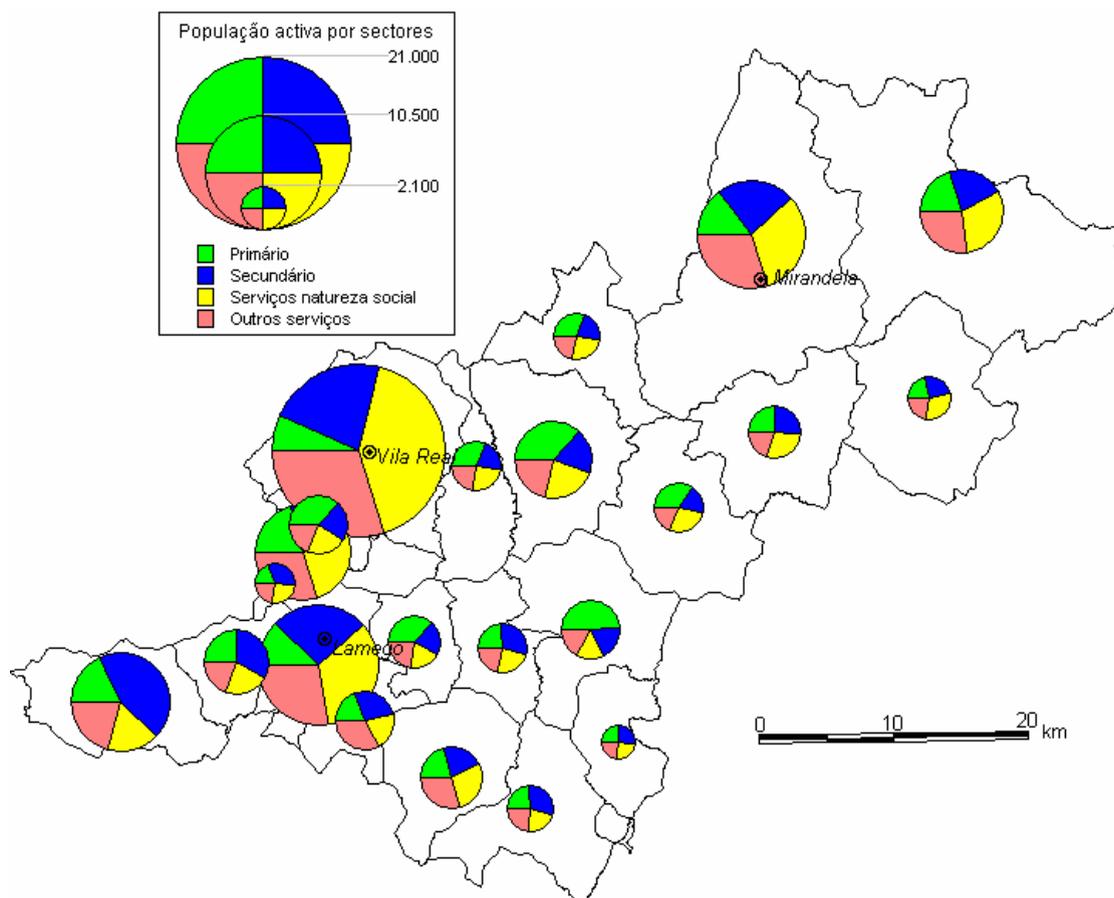
O critério de delimitação da área abrangida, tendo por base os agrupamentos de municípios, pode originar efeitos perversos no que respeita ao importante objectivo de fortalecimento da coesão territorial, já que aqueles agrupamentos foram constituídos segundo uma lógica administrativa que não tem correspondência nem nas características físicas nem nas estruturas económicas, sociais ou culturais do território — a divisão distrital. No caso da AIBT -Douro, as “velhas” fronteiras distritais são bem evidentes, já que os três agrupamentos pertencem a outros tantos distritos. Como noutras regiões do país, os rios são as fronteiras “naturais” entre distritos (Figura 1), pelo que a integração e a coesão subjacentes à AIBT -Douro são um desafio às estratégias dominantes dos agrupamentos de municípios: centrada no rio que lhe dá o nome, da AIBT espera-se que o rio funcione física e simbolicamente como elemento aglutinador e não como fronteira.

De uma forma geral e sintética, o território em causa pode caracterizar-se pelos seguintes aspectos:

- Nos últimos vinte anos (período correspondente aos últimos três censos), a área perdeu 14% dos residentes, passando de 339 para 290 mil. Ao nível concelhio, apenas Vila Real registou evolução positiva. Pelo contrário, houve perdas de 1/3 da população em Carrazeda de Ansiães e de cerca de 1/4 em Alfândega da Fé, Alijó e Santa Marta de Penaguião.
- Na maior parte do interior, o período entre os dois últimos censos foi marcado por um movimento, nalguns casos bastante acentuado, de urbanização e despovoamento rural, o qual também se nota na área da AIBT -Douro: em geral, as sedes de concelho conheceram crescimento da população residente, enquanto nas freguesias rurais envolventes se acentuava a regressão demográfica. Este fenómeno de concentração dos residentes nas sedes de concelho é tanto mais significativo quanto mais interior o concelho, assumindo maior expressão na TQT.
- As famílias e empresas da região continuam a manifestar condições económicas bastante desfavoráveis no panorama nacional: o indicador de poder de compra (INE, 2003) coloca a maioria dos concelhos do VDS (Cinfães, Resende, Armamar, Sernancelhe, Tabuaço, S. J. Pesqueira e Penedono) entre os mais “pobres” do Continente.
- Associados às condições de vida desfavoráveis, surgem dois indicadores sociais bastante característicos da realidade económica e social, relacionados, pelo menos em parte, com a monocultura vitícola: o trabalho não qualificado e o abandono escolar. O trabalho não qualificado representa 1/3 do emprego nos concelhos onde a monocultura é mais evidente (S. J. Pesqueira, S. M. Penaguião, Mesão Frio,

Régua, Armamar, Tabuaço, Sabrosa, Alijó e C. Ansiães). O trabalho não qualificado na agricultura tem ainda um peso relativo superior entre os jovens em todos estes concelhos, à excepção de Mesão Frio, onde, tal como nos vizinhos Cinfães e Resende, é a construção civil o principal empregador de jovens não qualificados.

- Resende, M. Frio, Cinfães, S. M. Penaguião, S. J. Pesqueira e Tabuaço figuram entre o *top 10* nacional do abandono escolar (menores de 15 anos que saíram da escola sem cumprir o ensino básico). A percentagem de jovens (18-24 anos) disponíveis para o mercado de trabalho e que não cumpriram a escolaridade obrigatória ronda os 50% em Cinfães e S. J. Pesqueira, apresentando ainda valores elevados na generalidade do VDS, na Régua e em S. M. Penaguião.
- Situação contrastante verifica-se no concelho de Vila Real, onde a taxa de diplomados (em ensino superior) na população maior de 20 anos apresenta um valor (11%) superior à média nacional (8,2%) e muito superior à média da Região Norte (6,8%). Mirandela, com 8,9%, é o outro concelho da AIBT -Douro com posição superior à média nacional neste indicador.
- Analisando a repartição da população activa por sectores (Figura 2), vê-se que o sector primário ocupa praticamente metade dos activos de S. J. Pesqueira, sendo ainda muito representativo em concelhos como Armamar, S. M. Penaguião, Alijó, C. Ansiães. Não obstante, o sector terciário é maioritário em todos os concelhos, com a excepção já referida de S. J. Pesqueira, e ainda o caso particular de Cinfães, onde o elevado número de trabalhadores no ramo da construção civil confere o primeiro lugar ao sector secundário.
- A representação na Figura 2 divide o terceiro sector em serviços de natureza social, fortemente dependentes do sector público e outros serviços, mais directamente relacionados com a actividade económica, onde predominam o comércio e os serviços ligados à hotelaria e restauração. De um modo geral, o peso dos serviços de natureza social é superior, atingindo o valor médio de 29% dos activos em toda a área da AIBT -Douro e tendo expressão máxima em Vila Real, com 41%. Em termos comparativos, os valores médios são de 26% para Portugal e de 20% para a Região Norte, o que serve para ilustrar a importância do Estado no emprego das populações do Douro.



**Fig. 2 – População activa por sectores de actividade em 2001**

- Trabalhos recentes (SPIDOURO, 1999; UTAD, 2001) deram conta, não só das profundas transformações operadas, na última década, no turismo duriense, mas também da crescente afirmação do sector, o qual tem sido apontado, por agentes regionais e extra-regionais, como a grande alavanca de desenvolvimento regional do início do séc. XXI. Embora tais expectativas tenham uma expressão exagerada, há a registar uma evolução positiva, um reposicionamento virado para o rio Douro e para a paisagem vinhateira, o qual é bastante favorável à integração com ramos da economia ligados à exploração do “capital territorial” que a própria marca Douro constitui – em primeiro lugar a agricultura, a produção e comercialização vinícolas, mas também serviços ligados ao lazer e à animação turística, restauração e *catering*, produção cultural, artesanato, entre outros.

### **SOBRE OS PROJECTOS APROVADOS E HOMOLOGADOS**

No âmbito do Programa ON, a AIBT -Douro foi contemplada com uma dotação de 1,3% das verbas, com uma comparticipação exclusiva do FEDER (Quadro 2). Até final de Setembro de 2002 foram aprovados e

homologados 97 projectos, com um investimento elegível de 47.468.785 euros, o que representa 77% da dotação atribuída à AIBT. A comparticipação do FEDER atinge 71% do investimento elegível (33.537.313 euros). De notar a elevada expressão destas taxas, decorridos que são apenas 2 anos do início do programa. Adicionalmente, foram também aprovados e homologados 4 projectos da Medida 2.5 – Formação e Empregabilidade, com incidência territorial exclusiva no Douro.

**Quadro 2**  
**Programa Operacional da Região do Norte 2000-2006 e Medidas 2.1 e 2.5**

(euros e %)

Medida	Dotação Total	% Total	Aprovação (30/09/2002)	% Total	% Apr./Dot.
Medida 2.1 - AIBT - Douro	61.627.660	1,3	47.468.785	1,8	77,0
Medida 2.5 – Empregabilidade (total AIBT)	21.993.555	0,5	5.942.163	0,2	27,0
<b>Total Eixo II</b>	<b>267.593.890</b>	<b>5,8</b>	<b>146.382.876</b>	<b>5,4</b>	<b>54,7</b>
Total ON - FEDER	3.422.322.639	73,8	2.230.372.775	82,9	65,2
Total ON - FSE	770.921.551	16,6	321.930.281	12,0	41,8
<b>Total ON - Norte</b>	<b>4.640.560.000</b>	<b>100</b>	<b>2.689.265.189</b>	<b>100</b>	<b>57,9</b>

Fontes: DRGPP/DAA e EAT

A caracterização efectuada dos 101 projectos aprovados e homologados no âmbito das Medidas 2.1 e 2.5, com incidência territorial exclusiva no Douro, permite extrair as seguintes conclusões:

- Para o caso da Medida 2.1, no curto período de implementação da AIBT, foram aprovados 97 projectos, que comprometem 77% da dotação total prevista.
- A Medida 2.5 regista uma taxa de aprovação global muito baixa, a rondar os 27% da dotação atribuída, com apenas 4 projectos a incidirem exclusivamente no território abrangido pela AIBT.
- Dos 101 projectos aprovados e homologados, a maioria (40%) envolve um investimento elegível entre os cem mil e os quinhentos mil euros, catorze absorvem verbas abaixo dos cinquenta mil euros e apenas um ultrapassa os cinco milhões de euros de investimento elegível.
- A maioria das intervenções da Medida 2.1 (58% do número total de projectos) insere-se nos *Centros Históricos Durienses* e *Valorização do Património Rural*, às quais acresce uma terceira categoria – *Intempéries* – que agrega 16 projectos. Quanto ao investimento elegível e comparticipação do FEDER, as três áreas temáticas esgotam 75% do total.
- Tanto no número como nos montantes envolvidos, as *Câmaras Municipais* destacam-se como as principais entidades promotoras dos projectos, com cerca de 77% do total da Medida 2.1, seguindo-se, quanto ao financiamento, os *Institutos Públicos e outras Entidades sob Tutela da Administração Central*. No seu conjunto, a *Iniciativa Pública de Âmbito Central e Local* contabiliza 84 projectos e

94% do investimento elegível total; os restantes 13 projectos são promovidos por *Organizações Sem Fins Lucrativos*, com um investimento elegível de apenas 2,9 milhões de euros (6% do total).

- As *Câmaras Municipais* são as promotoras exclusivas dos projectos inseridos nas áreas temáticas *Rede de Aldeias, Qualificação Ambiental e dos Espaços Urbanos e Intempéries* e da esmagadora maioria dos 28 projectos dos *Centros Históricos Durienses* (25) e *Valorização do Património Rural* (27). Pela mesma razão, é de realçar o papel das *Associações e Outras Entidades de Desenvolvimento Local* na promoção da totalidade dos projectos incluídos na *Promoção de Produtos Agro-Alimentares, Apoio a Dinâmicas de Valorização dos Vinhos do Douro* e *Investimento e Experimentação no Sector Agro-Florestal*.
- O investimento em acções materiais de qualificação do território concentra -se nas sedes de concelho (89%); apenas a qualificação de monumentos integrados nas *Rotas Medievais do Vale do Douro Sul* e as acções integradas no programa das *Portas da Terra Quente* se estendem a áreas rurais.
- Os projectos de natureza *Material* estão em larga superioridade sobre os do tipo *Imaterial*, tanto no número de projectos (80), como nos montantes do investimento elegível e da comparticipação FEDER, os quais pesam cerca de 95% nos valores totais atribuídos à Medida 2.1.
- Os projectos de natureza *Imaterial* têm, essencialmente, um carácter de transversalidade regional: 35% abrangem toda a AIBT e outros tantos o Vale do Douro Norte.

#### **SOBRE OS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DA AIBT-DOURO**

O Quadro 3 apresenta uma visão sintética dos pontos fortes e pontos fracos da AIBT, identificados a partir de análise documental e entrevistas a um conjunto diversificado de actores locais e regionais, e de acordo com quatro grandes dimensões: (1) o contexto; (2) os *inputs* ou recursos afectos à Acção; (3) o processo de intervenção; e (4) os resultados obtidos ou potenciais.

**Quadro 3**  
**Síntese dos pontos fortes e fracos das AIBT**

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<b>Contexto</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Bom acolhimento das Medidas por parte da generalidade das instituições</li> <li>Boa ligação aos promotores, em particular os de cariz público (CM e AM)</li> <li>Boa capacidade das CM para a apresentação e execução de projectos materiais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Área de intervenção muito ampla e heterogénea</li> <li>Falta de debate entre actores locais/regionais e de lógica de integração, qualidade e inovação</li> <li>Falta de coordenação entre instituições (por exemplo, no caso do turismo)</li> <li>Frágil capacidade institucional e falta de promotores que assumam o Douro como um todo</li> <li>Orçamentos limitados dos promotores públicos</li> <li>Falta de estruturas integradas, que reúnam pessoas com valências diversas</li> <li>Grande dispersão de instrumentos de apoio ao desenvolvimento</li> <li>Desvitalização sócio-económica continuada.</li> </ul>
<b>Inputs/Recursos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de recursos financeiros dirigidos especificamente para a região</li> <li>Existência de boas sinergias entre GAT e AM em matéria de recursos humanos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos financeiros escassos face à dimensão da área de intervenção</li> <li>Falta de recursos humanos afectos à gestão e animação da Medida 2.5</li> <li>Falta de coordenador da Medida 2.1 e de equipa no terreno</li> <li>Falta de técnicos nos GAT</li> </ul>
<b>Processo</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Boa capacidade de liderança e coordenação</li> <li>Bom conhecimento das Medidas na região (em especial da 2.1)</li> <li>Boa ligação aos promotores, em particular os de cariz público (CM e AM)</li> <li>Boa negociação das candidaturas com os promotores públicos</li> <li>Grande interesse dos técnicos da AIBT em ajudarem e incentivarem os promotores</li> <li>Funcionamento transparente ("jogo aberto") da Unidade de Gestão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão muito centralizada e fisicamente distante</li> <li>Falta de equipa no terreno, com atitude pró-activa (trabalho de animação/dinamização)</li> <li>Trabalho burocrático dos técnicos é muito absorvente e não deixa tempo para o acompanhamento da gestão de ideias (Medida 2.5)</li> <li>Falta de informação sobre as potencialidades da Medida 2.5</li> <li>Muita concentração na obra e menor atenção à estratégia</li> <li>Falta de visão supramunicipal e integrada</li> <li>Falta de articulação com outros instrumentos (LEADER, por exemplo)</li> <li>Procedimentos administrativos pesados</li> <li>Dificuldades na verificação da qualidade técnica dos projectos</li> <li>Deficiente acompanhamento e fiscalização de execução dos projectos</li> <li>Morosidade na aprovação e homologação de algumas candidaturas</li> <li>Morosidade na realização de pagamentos</li> <li>Dominância dos municípios e outros actores públicos na Unidade de Gestão, faltando representantes da sociedade civil e actividades económicas</li> <li>Promotores tendem a ser sempre os mesmos</li> </ul>
<b>Resultados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Coerência e relevância global dos projectos</li> <li>Lançados alguns projectos estruturantes</li> <li>Continuidade de projectos apoiados pelo PRODOURO</li> <li>Concretização de obras que não se fariam de outra forma</li> <li>Vários projectos geraram dinâmicas institucionais com valor, envolvendo instituições públicas e privadas</li> <li>Há projectos com carácter demonstrativo, com potencial para gerar outras iniciativas e agregar outros financiamentos</li> <li>Acção eficaz no caso das intempéries</li> <li>"O PRODOURO e a AIBT foram muito positivos para o Douro, na medida em que o Douro nunca tinha sido objecto de discriminação positiva"</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Difícil articulação FEDER-FSE, dado que os projectos de infra-estruturas são lentos (ritmos diferentes)</li> <li>Objectivo da AIBT de servir de alavanca/estímulo não foi, na generalidade, ainda alcançado</li> <li>Faltam projectos integrados e inovadores</li> <li>Rotas carecem de animação/dinamização</li> <li>Há ainda falta de entrosamento dos projectos, condição essencial para a geração de mais valias significativas</li> <li>Há riscos de inviabilização das Aldeias Vinhateiras como projectos integrados de desenvolvimento local</li> <li>Obras relativas a intempéries deveriam ser assumidas financeiramente pelo Estado</li> <li>Portas da Terra Quente foi a iniciativa política que desvirtuou a AIBT</li> </ul>

A leitura cruzada das observações relativas às quatro dimensões permite retirar algumas conclusões quanto à natureza dos progressos registados no período em causa. As seguintes grandes ideias emergem claramente: medidas necessárias e bem acolhidas (2.1 e 2.5); área de intervenção ampla e heterogénea; contexto sócio-económico e institucional difícil; forte presença do poder político, com capacidade para impor projectos (*Intempéries, Portas da Terra Quente*);

Escassos recursos humanos afectos à animação e acompanhamento no terreno; relacionamento mais fácil da Estrutura de Gestão e dos técnicos com os promotores públicos; promotores públicos (CM em especial) mais familiarizados com a realização de projectos materiais de âmbito municipal; falta de visão supramunicipal e integrada; boa capacidade para lançamento e execução de projectos materiais; falta de entrosamento dos projectos, condição importante para gerar mais coesão e competitividade territoriais; risco de falta de recursos para dar consistência aos projectos lançados ou a lançar (caso das *Aldeias Vinhateiras*). Registe-se o facto dos pontos fracos, de uma maneira geral, corresponderem a um conjunto de desafios que se colocam à Gestão das Medidas em causa. Sobre os mesmos se reflectirá no ponto referente às linhas gerais de orientação para o futuro.

#### **SOBRE AS GRANDES DIFICULDADES DE EXECUÇÃO DA AIBT - DOURO**

As AIBT foram concebidas como um instrumento de estímulo, de “alavanca”, isto é, visando gerar complementaridades com outros fundos financeiros para a execução de determinado(s) projecto(s). Esperava-se, assim, atingir um certo efeito multiplicador, com acções cujo investimento ultrapassaria o (curto) envelope financeiro da AIBT. Até que ponto é que tal finalidade foi concretizada e porquê?

A informação disponível permite concluir que, em termos genéricos, a finalidade referida está muito longe de ser alcançada. De uma maneira geral, nos projectos financiados pela AIBT, esta foi a principal ou exclusiva fonte de financiamento. As excepções conhecidas são poucas.

A recuperação do mosteiro de Salzedas beneficiou dos financiamentos da AIBT e do IPPAR. Em vários casos verificou-se que a AIBT financiou a 2ª fase de uma obra anteriormente financiada pelo PRODOURO, sendo exemplo a recuperação de alguns centros históricos, o que não se enquadra exactamente na finalidade acima descrita. O programa LEADER é referido como sendo o que tem mais potencialidades de articulação com as intervenções da AIBT, mas, em alguns casos, verificaram-se situações em que as acções não se articulam, arriscando ser concorrenciais. São exemplos os projectos de arranjo de miradouros, de dinamização cultural, ou financiamento de pequenas lojas de produtos locais, lançados pelo LEADER e desenquadrados da óptica mais global que a AIBT deseja promover.

Muitas das potenciais parcerias/articulações estão ainda por estabelecer, não passando para já, em alguns concelhos, de meras possibilidades. Há também situações em que se corre o risco de uma obra financiada parcialmente pela AIBT ficar por concluir, por não se vislumbrarem outras fontes de financiamento para a sua conclusão.

O que explicará, então, os resultados encontrados? Vejam -se algumas razões, umas de carácter interno à AIBT e outras que se prendem com o contexto institucional em que a esta se realiza.

### **A construção de complementaridades exige tempo**

A aplicação do princípio de que a AIBT pode servir de “alavanca” a outros financiamentos pressupõe a existência de um conjunto de condições favoráveis, designadamente institucionais, que, na prática, são difíceis de conjugar num determinado território e período temporal. Não se pode ignorar que a Gestão da AIBT tem de alcançar, em prazos definidos, valores de execução financeira satisfatórios. Ora, o processo de concertação e negociação, ao envolver vários Ministérios e instituições, tende a arrastar-se no tempo e nada assegura que os resultados sejam bem sucedidos. Tal circunstância conduz, inevitavelmente, a que cada gestão tenda a cuidar, prioritariamente, dos seus projectos, de forma a não pôr em causa as metas de execução estabelecidas ou desejadas.

### **Existem muitos instrumentos com gestões distintas**

A AIBT é um instrumento financeiro entre os muitos que estão disponíveis para realizar projectos num dado território. Estes instrumentos são geridos por diferentes Ministérios e instituições, sendo a concertação e articulação difícil, designadamente pela ausência de uma entidade que faça uma gestão territorialmente integrada. Daqui resulta que a tendência dominante seja para cada Ministério fazer investimentos em locais e domínios diversos, desligados e não complementares. Por outro lado, mesmo no caso em que uma mesma entidade gere vários instrumentos, a construção de complementaridades é um exercício complexo, dado que, frequentemente, cada um tende a ver a sua “árvore”, face à complexidade e densidade da “floresta”, e aos inúmeros problemas da gestão corrente.

### **É mais fácil lidar com um só instrumento**

Os municípios são os principais promotores de projectos na AIBT -Douro. Para estes, a AIBT é encarada como mais um instrumento financeiro a juntar aos outros. Na óptica das autarquias, uma das grandes preocupações é canalizar as verbas da AIBT para “fazer obra” com princípio e fim. Até porque, como se

sabe, os principais instrumentos financeiros do III QCA já estão comprometidos. Ora, estas condições também não concorrem para que se alcance a finalidade esperada. Efectivamente, a busca de complementaridades exige a confluência de mais e melhor coordenação, meios técnicos e tempo, capacidades e recursos nem sempre disponíveis.

Em síntese, a finalidade ou o princípio segundo o qual a AIBT serviria de estímulo ou de “alavanca” para o surgimento de outras fontes de financiamento complementares a determinado projecto parece muito positivo, mas dificilmente alcançável no actual contexto institucional, onde falta articulação entre programas e Ministérios, dominam lógicas sectoriais, predominam promotores autárquicos e há ausência de uma entidade que coordene efectivamente os inúmeros investimentos realizados no mesmo território.

### **SOBRE AS ORIENTAÇÕES PARA O FUTURO**

A Gestão da AIBT -Douro assume claramente ter dado prioridade, até ao final de 2002, aos investimentos materiais, designadamente à recuperação dos centros históricos, obras relativas às intempéries e outros projectos de natureza similar. Esta opção “defensiva” da Estrutura de Gestão, que tende a ser predominante entre nós, assentou em duas razões principais: (1) alcançar boas taxas de execução financeira; e (2) lançar, em primeiro lugar, aquilo que é mais moroso, e que, portanto, deve ser iniciado o mais cedo possível, sob pena de não ser realizado.

Ainda de acordo com a Estrutura de Gestão, até ao final do QCA III deverá haver um reforço das acções de natureza imaterial e uma ênfase nos projectos estruturantes que falta executar, nomeadamente, as redes de *Aldeias Vinhateiras*, *Miradouros* e *Caminhos Durienses*. Esta mesma visão, de que até aqui se fez sobretudo “obra” e de que, no futuro, é necessário investir mais em intervenções que dêem coerência e integrem os projectos, é partilhada por muitos dos entrevistados.

Atendendo aos objectivos da AIBT, por um lado, e aos recursos financeiros relativamente escassos ainda disponíveis, por outro, propõe-se, como grande orientação, a concentração das intervenções, reduzindo o leque de áreas temáticas e dando prioridade a iniciativas de natureza imaterial e de âmbito supramunicipal ou ênfase regional.

Para aumentar o grau de sucesso da AIBT -Douro, considera-se fundamental atender às seguintes sete linhas de orientação estratégica.

#### **Gestão mais descentralizada, apoiada por uma equipa no terreno mais autónoma e pró-activa**

A experiência de muitos programas demonstra que, sem equipa forte no terreno, ou com equipa tecnicamente frágil e pouco autónoma, é extremamente difícil a dinamização de candidaturas de natureza

imaterial e de âmbito supramunicipal. A própria qualidade dos projectos não é muitas vezes a desejável, por falta de técnicos para discutir e promover a melhoria dos projectos apresentados pelos parceiros. Assim, é aconselhada uma Gestão mais descentralizada, apoiado por equipa no terreno com postura pró -activa e com competências de animação, apoio à formatação e acompanhamento de projectos. Esta condição é essencial para que se alcancem as orientações gerais abaixo referidas.

A debilidade financeira e técnica das instituições locais, por um lado, e a dificuldade em concertar posições, por outro, justificam e obrigam a uma atitude mais pró -activa por parte da equipa técnica, que servirá de estímulo à emergência e/ou consolidação de ideias e de fermento de concertação e inovação. Sem uma equipa com este carácter no terreno, dificilmente a AIBT poderá ser “agente de mudança capaz de trabalhar com os diversos parceiros tendo em vista fazer surgir projectos integrados coerentes e inovadores” (MP, 2002: 102).

Finalmente, é imprescindível uma maior atenção ao processo de decisão, agilizando e encurtando prazos. A melhoria de sinergias entre GAT's, Coordenação e Gestão é também aconselhável, nomeadamente através de uma melhor gestão da informação.

#### **Dar prioridade às intervenções de âmbito supramunicipal e promover a região como um todo**

Um primeiro desafio que se coloca para o futuro é o de dar prioridade às intervenções de carácter supramunicipal, visando a construção de sinergias e o desenvolvimento da competitividade e coesão territorial e institucional.

As intervenções financiadas pela AIBT tiveram, até ao momento, uma forte incidência municipal. De uma forma geral, a região continua muito “espartilhada”, em termos espaciais e institucionais, sendo necessário estimular e dar prioridade ao surgimento de projectos mais ambiciosos, que promovam a competitividade e coesão territoriais. Ao mesmo tempo, é necessário desestimular comportamentos de imitação, que têm levado à disseminação de projectos idênticos pelos vários concelhos, com resultados muitas vezes questionáveis. Pelo contrário, a criatividade e inovação devem ser elementos -chave na selecção de projectos.

Os projectos supramunicipais exigem maior coordenação, atenção à coerência dos investimentos, complementaridade, ligação entre acções, esforço de consolidação. Juntar agentes à mesma mesa, para pensarem e fazerem coisas à escala regional, não é fácil, mas é o grande desafio a vencer se a AIBT pretende “fazer diferente”.

Também em relação à promoção da região, no país e estrangeiro, é necessária uma estratégia concertada, que ponha fim à pulverização de pequenas iniciativas que acabam por ter pouca visibilidade e impacto.

Em síntese, considera-se que deverá ser explicitamente adoptada uma posição que “force” o surgimento de projectos supramunicipais/regionais, promovidos pelas Associações de Municípios ou outros actores da região que revelem interesse e capacidade para tal.

**Reforçar o papel dos promotores autónomos do poder central e autárquico e dar mais atenção à coesão institucional**

Em relação aos promotores dos projectos da AIBT, verifica-se uma forte dominância das autarquias. Ora, uma das finalidades das AIBT é o "reforço do papel dos parceiros relativamente autónomos dos poderes estatais (central e autarquias)" (MP, 2002: 104). Para alterar a situação é essencial, nas futuras candidaturas, reforçar o papel dos promotores autónomos do Estado, mesmo sabendo das frequentes debilidades e dificuldades dos mesmos, em termos organizativos, técnicos e financeiros, assim como das parcerias público/privado.

Neste domínio, a AIBT deve estar particularmente atenta a todo o tecido institucional que se movimenta nas áreas do turismo, cultura, património, animação desportiva, vitivinicultura e dinamização sócio-económica em geral, ouvindo ideias, lançando propostas, juntando vontades, gerando cumplicidades, ajudando na montagem de projectos, acompanhando a sua execução. Em suma, realizando um trabalho de animação no terreno, catalisador das energias e do capital institucional regional.

É de sublinhar o papel potencialmente importante de Associações culturais, recreativas e desportivas, Associações de desenvolvimento, Associações empresariais e outras organizações de base local. A este propósito, refira-se que num estudo recente no domínio da cultura (Grácio, 2000) se aponta para a existência, na Região do Douro, de cerca de 200 Associações Culturais, com intervenção em áreas muito diversas. A grande maioria carece de apoio continuado e de estímulo para o trabalho em rede, que rentabilize recursos e promova a inovação e qualidade.

**Reforçar a articulação e integração dos projectos, concentrar a atenção em projectos estruturantes e com elevada coerência**

Na âmbito da AIBT foram aprovados e homologados cerca de uma centena de projectos, a grande maioria de pequena dimensão financeira e de carácter local. Na próxima fase é essencial apostar em projectos transversais, que reforcem a articulação e integração territorial das intervenções materiais já aprovadas. Ou seja, face à obra realizada e perante recursos financeiros relativamente escassos, é preferível potenciar o que já existe, em vez de fazer ainda mais obras. Sem esta orientação a AIBT ficará mais longe de alcançar os objectivos de coesão territorial e institucional, bem como o de valorização dos recursos endógenos e aumento da competitividade regional.

Nesta medida, nos próximos anos parece mais adequado reduzir o investimento no "cimento" e em "infra-estruturas" e concentrar a atenção em projectos estruturantes e sustentáveis, centrados nas potencialidades da região, como são os casos das *Redes de Aldeias Vinhateiras*, *Miradouros* e *Caminhos*, das *Rotas* já existentes e da sinalização turística integrada, bem como na dinamização sócio-económica, cultural e desportiva ligada aos centros históricos e outros espaços e equipamentos qualificados ou construídos. Neste mesmo sentido apontam muitas das expressões ouvidas junto de vários entrevistados, como: "procurar a complementaridade entre projectos", "ligar as pontas" e "criar as redes".

Este caminho poderá ampliar, significativamente, o grau de relevância do conjunto de projectos já aprovados, executados ou em execução, assim como de cada projecto individualmente. Contudo, exigirá um outro estilo de gestão e intervenção por parte da AIBT, mais pró-activo e ligado às dinâmicas institucionais regionais, como se apontou na primeira orientação.

#### **Dar prioridade ao turismo e ambiente, como domínios de importância estratégica para a região**

Mantendo-se o quadro restritivo ao nível financeiro, há que fazer opções, nomeadamente em termos temáticos. Assim, considera-se que deve ser dada prioridade às áreas do turismo e do ambiente, como domínios de importância estratégica para a região, em termos da diversificação da economia e da sustentabilidade do seu desenvolvimento.

O turismo é já uma das apostas fortes da AIBT, como se depreende das suas tipologias e da análise dos projectos já aprovados. Na sua essência, o turismo no Douro está intrinsecamente ligado ao rio, à vitivinicultura e actividade agrária em geral, e aos patrimónios ambiental e histórico-cultural, constituindo estas áreas de referência permanentes na análise de projectos a financiar, assim como áreas a privilegiar no que toca à construção de complementaridades com outros programas e instrumentos. Por outras palavras, a aposta no turismo deverá implicar um esforço sério no sentido de estimular projectos complementares, financiados ou não pela AIBT, nas áreas indicadas. No caso da agricultura impõe-se um trabalho sério no sentido da diversificação e da promoção dos produtos de qualidade (azeite, amêndoa, cereja, laranja, queijo e enchidos).

Sendo o turismo uma actividade em rápido desenvolvimento no Douro, e sendo reconhecido que não produz efeitos apenas positivos, é também importante acompanhar a sua evolução e estar atento, em especial, a todos os eventuais impactes(os) de carácter negativo, aos níveis económico, social e ambiental. A requalificação ambiental do território deve ser outra das prioridades da AIBT. Na verdade, os resultados preliminares do estudo em curso sobre dissonâncias ambientais evidencia que os problemas são muitos e diversos, ultrapassando, em natureza e extensão, os previstos no Caderno de Encargos, e que as soluções

são, em alguns casos, complexas de implementar. A resolução dos problemas ambientais é matéria que motiva os autarcas, tem interesse para a qualidade de vida das populações e é manifestamente importante para a promoção de um turismo de qualidade. Ao mesmo, e com destaque, faz parte integrante do compromisso assumido pelo país face à UNESCO e à comunidade internacional, perante o reconhecimento do Alto Douro Vinhateiro como Património da Humanidade.

### **Concentrar as intervenções no Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade**

Na linha das orientações anteriores, nomeadamente (mas não exclusivamente) da última, considera-se que, num quadro de recursos escassos e num contexto em que existem compromissos do Estado, decorrentes do reconhecimento pela UNESCO do estatuto de Património Mundial do Alto Douro Vinhateiro, se deve equacionar uma maior concentração das intervenções da AIBT nesta área.

A ideia de "não pulverizar as actuações" é um dos desafios presentes na concepção das AIBT (MP, 2002: 104). Um dos princípios a seguir é o de que mais vale apostar em algo que tenha visibilidade e claro efeito demonstrativo, do que dispersar pelo território investimentos de baixa visibilidade e reduzido impacto. De salientar que o sucesso do projecto do Alto Douro Vinhateiro terá reflexos que ultrapassam claramente o seu reduzido espaço, que, seguramente, se estenderão a todo o Douro, à região Norte e a todo o país.

### **Ampliar o envelope financeiro para a próxima fase de projectos**

Finalmente, e de forma a concretizar os projectos estruturantes previstos, em toda a sua amplitude, condição essencial para aumentar a relevância dos investimentos já realizados ou em curso, e da AIBT -Douro no seu conjunto, é essencial ampliar o envelope financeiro para a próxima fase. Trata-se, na essência, de conseguir a reposição dos recursos financeiros mobilizados para combater os estragos causados pelas intempéries ocorridas no Douro no Inverno de 2000/2001, de acordo, aliás, com o compromisso assumido pelo Governo de então.

### **EPÍLOGO: QUE TIPO DE AIBT?**

A questão da integração nas intervenções de desenvolvimento tem estado presente em muitos projectos no nosso país, desde há duas ou três décadas. Contudo, como mostra Portela (1999, 64) a partir de ampla revisão bibliográfica, trata-se de uma meta difícil de alcançar. Segundo este autor, a função do conceito de integração tem sido "mais simbólica que instrumental", isto é, a retórica ultrapassa a prática e o termo

banalizou-se. A AIBT -Douro não é excepção e a sua principal (e significativa) limitação prende -se com a sua natureza apenas parcialmente integrada.

Na verdade, a Medida analisada dispõe de um envelope financeiro relativamente restrito, tendo em conta o quadro global da ON, e contempla um leque relativamente limitado de possibilidades de intervenção. Desta forma, é imposta a necessidade de articulação com as múltiplas Medidas do Programa ON e de outros Programas, o que é manifestamente complexo e difícil de concretizar, quer para a Gestão quer para os potenciais beneficiários. Pelas razões expostas, estamos, em suma, face a uma **“Acção Parcialmente Integrada de Base Territorial”**.

Por outro lado, é clara a dominância das Câmaras Municipais como entidades promotoras dos projectos e são muito escassos os projectos com carácter de transversalidade regional, em resultado da própria natureza da Medida e dos tipos de projectos contemplados, do perfil institucional do território e da própria abordagem de promoção de projectos adoptada pela Gestão. Estes resultados também não são alheios ao actual quadro administrativo, onde se tem privilegiado a descentralização municipal e se regista a ausência de uma entidade com legitimidade para, a partir do território, coordenar os inúmeros investimentos a realizar e promover, sempre que justificado, o âmbito supramunicipal dos projectos. Neste sentido, podemos dizer que se está perante uma **“Acção Parcialmente Integrada de Base Dominantemente Municipal”**.

O desenvolvimento de áreas como o Douro e a Terra Quente, com as características antes apontadas, e face ao quadro institucional presente, requer instrumentos mais integrados, que efectivamente contemplem medidas em todos os sectores e áreas relevantes e que permitam uma real criação de sinergias. Um promotor qualquer, fosse ele uma Câmara Municipal, uma Associação ou uma Cooperativa, deveria ter a possibilidade de desenvolver um projecto global, com componentes, por exemplo, de agricultura, ambiente, turismo, e animação, em diálogo com uma única instituição gestora. Ao mesmo tempo, deveria ser proactivamente promovida uma lógica de intervenção global, que articulasse actores de um espaço predominantemente mais vasto que o município, variável de acordo com a natureza dos projectos.

O exemplo da AIBT -Douro faz uma vez mais sobressair a dominância da retórica em matéria de desenvolvimento integrado e territorial, e o défice de medidas concretas e de práticas institucionais e profissionais adequadas. É claro que o discurso da “nova ortodoxia” em matéria de desenvolvimento foi absorvido, mas há um caminho a percorrer no sentido de concretizar, nomeadamente no que toca a quatro pontos essenciais: clarificar e aprofundar a compreensão de conceitos orientações; estabelecer mecanismos institucionais e de gestão adequados; colocar no terreno profissionais com perfil e capacidades apropriados ;

tornar a avaliação um instrumento de aprendizagem e capacitação das instituições, dos profissionais e do território no seu conjunto.

A consciência do território (“locality”) de que fala Ray (1999), ou a “coesão territorial” que é objectivo das AIBT, tem de ser construída e tal requer uma acção persistente no local, com as suas instituições e pessoas. Tal acção terá de ser pautada por um novo profissionalismo, que valorize a interdisciplinaridade, as ligações horizontais, as interações entre actores, a troca de saberes, a mobilização do “capital humano” e da “energia social” do território (Cristóvão, 1999; Moreira, 2001). Este tipo de atitude profissional, pensamos, poderá facilitar as articulações entre os muitos projectos já realizados ou em execução, nomeadamente através da construção de uma sólida componente imaterial da AIBT -Douro.

Tendo em conta este balanço, com as limitações decorrentes de resultar de um exercício de avaliação intermédia, e face ao previsível início do debate sobre o IV Quadro Comunitário de Apoio, **não estará na altura de definir o perfil e as condições de concretização de uma 2ª Geração de Acções Integradas de Base Territorial?**

## REFERÊNCIAS

- Amaro, R., M.C. Henriques e M.T. Vaz (1992). *Iniciativas de Desenvolvimento Local: Caracterização de alguns exemplos*. Lisboa: ISCTE/IEFP.
- Animar (1999). *Declaração de Amarante: Desenvolvimento Local - Uma Oportunidade de Futuro!* Amarante: Autor.
- CCRN (1999). Trás-os-Montes e Alto Douro: Diagnóstico Prospectivo e Orientações Estratégicas. Porto: Autor.
- CCRN (2002a). *Termos de Referência do Estudo para a “Avaliação Estratégica das Acções Integradas de Base Territorial” - Medidas 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, e 2.5 do Eixo Prioritário II (documento interno)*. Porto: Autor.
- CCRN (2002b). *PRODOURO - Programa de Desenvolvimento do Douro: Relatório de Execução Global. Balanço Quantitativo*. Porto: Autor.
- CCRN (2002c). *ON - Operação Norte, Medida 2.1 AIBT-Douro: Relatório de Execução (documento interno)*. Porto: Autor.
- CCRN (2002d). *Programa Operacional da Região Norte - Complemento de Programação*. Porto: Autor.
- CCRN (sd). *Caderno de Encargos do Estudo Caminhos Durienses (documento interno)*. Porto: Autor.
- CCRN (sd). *Caderno de Encargos do Estudo Dissonâncias Ambientais (documento interno)*. Porto: Autor.
- CCRN (sd). *Caderno de Encargos do Estudo Rede de Miradouros (documento interno)*. Porto: Autor.
- CCRN (sd). *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000 -2006: Diagnóstico Prospectivo da Região Norte*. Porto: Autor.
- Cristóvão, A. (1999). Para a Valorização dos Recursos Naturais do Vale do Douro. *DOURO, Estudos e Documentos*, Vol. IV (8), pp. 19-31.
- Cristóvão, A. (Coord.). (2003). *Relatório Final do Estudo de Avaliação Estratégica da Acção Integrada de Base do Douro*. Vila Real: UTAD/DES.

- Fórum da Iniciativa Económica de TMAD (2000). *Relatório Apresentado à Reunião Plenária, 29 a 30 Junho, UTAD*. Vila Real: Comissão Promotora.
- GEHVID (2000). *Encontros na Casa da Calçada: O Douro em Debate. Actas I*. Porto: GEHVID, Cadernos da Revista Douro - Estudos e Documentos, nº4.
- GEHVID (2001a). *Encontros na Casa da Calçada: O Douro em Debate. Actas II*. Porto: GEHVID, Cadernos da Revista Douro - Estudos e Documentos, nº7.
- GEHVID (2001b). *Encontros na Casa da Calçada: O Douro em Debate. Actas III*. Porto: GEHVID, Cadernos da Revista Douro - Estudos e Documentos, nº9.
- Grácio, J. (2000). *Associativismo Cultural e Poder Autárquico na Região do Douro. O caso do Concelho de Alijó*. Vila Real: Edição do autor.
- Greene, W. W., (1983). *Econometric Analysis*. New York: Macmillan.
- INE (1981). *Recenseamento Geral da População*. Lisboa: Autor.
- INE (1991). *Recenseamento Geral da População*. Lisboa: Autor.
- INE (2001). *Recenseamento Geral da População*. Lisboa: Autor.
- INE (2002a). *Anuário Estatístico da Região Norte*. Porto: Autor.
- INE (2002b). *Censos 2001 – Resulta dos Definitivos*. (versão on line : [http://www.ine.pt/prodserv/censos/index\\_censos.htm](http://www.ine.pt/prodserv/censos/index_censos.htm))
- Melo, A. (1997). Développement Rural et Agricole et Agenda 2000. In Guihéneuf, P. -Y., Agriculture et Développement Rural un Enjeu Européen: Débats sur l'Agenda 2000, pp. 71-72. Saint Gély: Groupe de Bruges.
- Ministério do Planeamento (2002). *Programas Específicos para o Desenvolvimento do Interior*. Lisboa: Autor.
- Moreira, M. B. (2001). *Globalização e Agricultura*. Oeiras: CELTA.
- Portela, J. (199). A Integração no Desenvolvimento Rural: Pura Retórica? In Cavaco, C. (Ed.). *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia?* Pp. 55-67. Lisboa: UL, Centro de Estudos Geográficos.
- Ray, C. (199). Endogenous Development in the Era of Reflexive Modernity. *Journal of Rural Studies*, 15 (3), pp. 257-267.
- Reis, J. (sd). O Desenvolvimento Local é Possível? Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- Soares, M. Priscila (Coord.) (2001). *Formação para o Desenvolvimento. Formação/Inserção Profissional Territorializada*. Faro: Associação IN LOCO.
- SPIDOURO (1999). *Deteção de Oportunidades e Formatação de Negócios no Sector do Turismo*. Relatório de síntese. Vila Real: Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás -os-Montes, S.A.
- UTAD (2001). *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro*. Anexo VII - Socioeconomia. Vila Real: Universidade de Trás -os-Montes e Alto Douro.
- Veiga, J. (2003). *Instituições e Organizações no Desenvolvimento Rural*. Lisboa: UTL, Instituto Superior de Agronomia.